

O CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II E A IGREJA NO BRASIL

THE SECONC VATICAN ECUMENICAL COUNCIL AND THE CHURCH IN BRAZIL

*Fábio Pereira Feitosa*¹

Resumo: A Igreja Católica é sem dúvidas uma das mais antigas e mais conhecidas instituições instaladas no Brasil, e, ao voltarmos o nosso olhar para a sua história, podemos verificar que o Concílio Ecumênico Vaticano II a introduziu em uma nova fase, sendo esta marcada pelo diálogo e pelo surgimento de uma nova eclesiologia. Neste trabalho, buscaremos pensar os efeitos do Vaticano II na Igreja do Brasil.

Palavras-chave: Concílio Ecumênico Vaticano II. Recepção Conciliar. Igreja no Brasil.

Abstract: The Church is undoubtedly one of the oldest and most institutions of the Vatican for its Catholic phase, we can verify that the Tale of Ecumenical History, being II, is marked in Brazil in a new phase, is being marked by dialogue and by the Catholic view. Church in Brazil in this work we will try to think about the effects of the Vatican.

Keywords: Second Vatican Ecumenical Council. Conciliar Reception. Church in Brazil.

Introdução

O Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII, pode ser visto como a maior reforma estrutural da Igreja no século XX, sendo ele responsável por introduzir essa instituição em uma nova fase de sua história, na qual o diálogo com o mundo moderno tornou-se uma de suas principais características.

O Vaticano II foi eminentemente um concílio marcado pela presença de bispos e peritos europeus, contudo, foi na América Latina que as suas diretrizes encontraram solos férteis e, assim, acabaram colaborando para o surgimento de novas formas de eclesialidade.

A Igreja no Brasil, cujas atuais estruturas remontam ao pós-constituição de 1891, foi marcada profundamente pelas diretrizes do Vaticano II, que legitimaram e impulsionaram o trabalho que muitos membros da hierarquia e leigos já vinham realizando. Este concilio sem sombra de dúvidas modificou profundamente a história da Igreja.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pós-graduado em Educação, Diversidade e Cidadania. Graduando em Teologia na Faculdade João Paulo II.

1. A Igreja Católica no Brasil e a conjuntura pré-Conciliar

Ao indagarmos sobre as origens do atual ordenamento do catolicismo brasileiro, iremos verificar que autores como Alves (1979) afirmam que as atuais estruturas da Igreja Católica em nosso país nasceram por volta de 1891, quando a Constituição Republicana a separou do Estado, o que representou o fim do Padroado, acordo formal estabelecido entre a Coroa Portuguesa e o Papado Romano. Referindo-se a essa concordata, Lima (1979, p. 13-14) afirma:

O papado romano concedeu à Coroa portuguesa o padroado sobre as Igrejas nas terras descobertas e conquistadas. [...] Em recompensa pelo engajamento do Estado na conquista e na conversão, o papa concedia o controle sobre as novas Igrejas. Cabia ao rei descobrir novas terras e conquistar novas almas. Devia também construir templos, mosteiros, dotá-los de padres e religiosos, nomear bispos, etc. Possuía o direito de censurar todos os documentos oficiais da Igreja universal, antes de serem publicados na colônia. Todas as comunicações da Igreja universal chegavam ao Brasil através da administração portuguesa (da Coroa).

Ao longo da vigência do Padroado, os laços entre a Cúria Romana e o governo português, bem como a sua relação com a igreja da colônia, eram frágeis. Objetivando mudar essa situação, Roma buscou adquirir maior controle sobre as igrejas nacionais, passando a incentivar o estabelecimento de um catolicismo mais oficial, estando este em consonância com os seus ditames. A reaproximação entre a Igreja Católica situada no Brasil com a Igreja de Roma ficou conhecida como “romanização”. Analisando esse processo, Miceli (1985, p. 34) afirma:

No correr dos longos pontificados de Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), o Vaticano concentrou recursos no revigoramento do trabalho missionário, nos incentivos à nacionalização do clero e da alta hierarquia em áreas coloniais de missão e em outros domínios territoriais [...]. Impunha-se, ademais, a tarefa urgente de proceder a uma ampla reformulação dos conteúdos do apostolado católico.

Legitimados pela Cúria Romana, membros da alta hierarquia católica no Brasil passaram a defender a autonomia da Igreja enquanto instituição frente ao Estado. Os líderes reformistas eram adeptos dos ensinamentos de Pio IX (1846-1878) e mantinham relações diretas com Roma. Esse movimento de cunho reformista acabou desencadeando uma série de conflitos, ficando conhecidos como “Questão Religiosa”.

O saldo da “Questão Religiosa” foi a prisão de dois Bispos, em 1874, e o rompimento Oficial entre o Estado e a Igreja, referendado pela Constituição de 1891. O fim do Padroado pode ser visto como um paradoxo na vida da Igreja Católica no Brasil, considerando as implicações advindas de seu término, o qual representou a libertação da Igreja da tutela outrora imposta pelo Estado, porém também significou a perda de privilégios assegurados ao catolicismo enquanto religião oficial do Estado, bem como a sua equiparação com as demais religiões existentes no país.

Foi a partir dessa nova realidade que tivemos o surgimento da Neocristandade. Tal modelo eclesial surgiu por volta de 1916 e se estendeu até 1955, como parte integrante dos esforços da Igreja para reconquistar, garantir e defender os seus interesses de maneira oficial na sociedade pós-padroado.

Ao buscar definir o que foi a Neocristandade, Mainwaring (2004, p. 42) afirma: “o modelo da Neocristandade era uma forma de se lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma”. Ao longo da Neocristandade, a Igreja elaborou uma série de estratégias, para Miceli (1985, p. 48):

A organização eclesiástica encontrou, portanto, meios de recuperar boa parte do terreno político e institucional perdido com a separação, driblando assim aquelas medidas imposta pelo governo provisório no intuito de cercear sua influência política. Ademais, a educação fora laicizada, a religião fora eliminada dos currículos e os governos, federal e estaduais, estavam proibidos de subvencionar escolas religiosas. Nada disso, entretanto, impediu que a prestação de serviços educacionais para as elites passasse a constituir a diretriz mor da política expansionista seguida pela organização eclesiástica. [...] o mercado de ensino secundário constituiu a alavanca mais dinâmica e rentável dos empreendimentos eclesiásticos [...].

Um dos grandes nomes por trás da Neocristandade foi Dom Sebastião Leme (1882-1942), visto por muitos como o grande responsável pela reaproximação entre a Igreja e o Estado, como demonstrou Serbin (2001, p. 82): “Sob a liderança de dom Leme, arcebispo de Olinda e Recife (1916-21) e, mais tarde, do Rio de Janeiro (1930-42), a Igreja recuperou seus privilégios, e líderes nacionais reconheciam nele um baluarte de estabilidade social”.

Conhecedor da grande influência social e espiritual que a Igreja Católica possuía sobre o povo brasileiro, Getúlio Vargas, que chegou ao poder após a Revolução de 1930, buscando legitimar o seu governo, passou a privilegiar o diálogo com essa instituição, chegando a atender as suas reivindicações, personificadas na figura de Dom Leme, que,

de acordo com Cancian (2011), foi indicado por Vargas para dialogar e persuadir o então presidente Washington Luís a deixar o governo sem resistência armada após a Revolução de 1930, o que de fato veio a acontecer.

Getúlio Vargas ocupou a cadeira presidencial por 15 anos. Ao longo desse período, tivemos a promulgação de duas Constituições (1934 e 1937). Em ambas, é possível identificar prerrogativas favoráveis à Igreja Católica, entre as quais temos: a oficialização do casamento religioso; a proibição do divórcio e a autorização para o ensino religioso nas escolas públicas em âmbito nacional.

Entre os anos 1937 a 1946, o Brasil entrou na segunda fase da chamada Era Vargas, período conhecido como Estado Novo. Ao longo daquele intervalo de tempo, o Brasil vivenciou uma ditadura na qual houve a promulgação de uma nova Constituição, porém todas as prerrogativas garantidas à Igreja foram mantidas.

De maneira oficial, a Igreja Católica institucionalmente nunca endossou o governo Vargas, mas a maior parte do clero apoiava a sua gestão. O apoio da Igreja não estava apenas condicionado aos privilégios assegurados por Vargas, como também ao alinhamento político entre eles, tendo em vista que ambos defendiam bandeiras comuns, tais como a ordem, o nacionalismo, o patriotismo e o anticomunismo, como observou Mainwaring (2004, p. 47):

A hierarquia nunca endossou Vargas de uma maneira oficial, mas a maioria dos bispos, padres e leigos militantes apoiava o governo. Um documento elaborado em 1942 por cinco bispos militantes apoiava o governo, “Disciplina e Obediência ao Chefe do Governo”, resumia de maneira sucinta a atitude da Igreja. A Igreja apoiava Getúlio Vargas não só por causa dos privilégios que recebera, mas também devido à finalidade política. A ênfase que a Igreja atribuía à ordem, ao nacionalismo, ao patriotismo e ao anti-comunismo coincidia com a orientação de Vargas. Clérigos destacados acreditavam que a legislação de Getúlio realizava a doutrina social da Igreja e que o Estado Novo efetivamente conseguia superar os males do liberalismo e do comunismo.

Durante o governo Vargas, a Igreja ampliou seu prestígio e sua influência social de forma considerável. Dois acontecimentos em especial nos ajudam a dimensionar as proporções de sua influência naquele período junto ao governo e as autoridades civis e militares da época. Estamos nos referindo à homenagem a Nossa Senhora Aparecida e a construção e a inauguração do monumento do Cristo Redentor no Rio de Janeiro. Esses dois eventos podem ser vistos como demonstrações explícitas de fé, mas também uma

clara expressão da influência e do poder temporal da Igreja sobre a sociedade brasileira, o que demonstra efetivamente que, após o fim do padroado, a Igreja não perdeu a sua influência sobre a sociedade, contudo, ela modificou sua estratégia e buscou novos espaços de influência.

Embora a Neocristandade tenha sido um importante instrumento para a Igreja no Brasil e tenha conferido a essa instituição prestígio e prerrogativas favoráveis aos seus interesses, esse projeto, por uma série, de fatores acabou falindo. Entre as razões que podem ser apontadas como causa para o seu fim, podemos destacar: dificuldades em combater a secularização da sociedade, bem como atingir as massas, o que acabou gerando a expansão do protestantismo e do espiritismo, como demonstra Mainwaring (2004, p. 53):

O sucesso do modelo da neocristandade dependia de sua capacidade de combater a secularização, de usar o Estado para exercer influência sobre a sociedade e de manter um monopólio religioso. No período pós-guerra, ele não se mostrou capaz de satisfazer essas condições. A sociedade brasileira modificava-se rapidamente e nenhuma ação da Igreja poderia evitar que isso ocorresse. Qualquer instituição que resistisse a tendências irreversíveis condenava-se a um declínio, como começou a perceber um grande número de líderes católicos. Por volta de 1945, o antimodernismo se tornara insustentável para uma instituição que tinha a pretensão de ser universal e que se preocupava especialmente em influenciar o Estado e as elites. Ao opor-se à secularização, a Igreja abandonava à sorte ao lado de grupos (de) importância decrescente. A expansão do protestantismo e do espiritismo tornou aparente o que era verdade há algum tempo: a Igreja não estava efetivamente atingindo as massas.

Com o fim da Neocristandade, a Igreja Católica no Brasil ingressou em uma fase de atualizações em suas estruturas. Tal período foi influenciado por fatores intra e extramuros, o que demonstra o caráter universal e hierárquico desta instituição, bem como a sua capacidade de adaptação e resposta ao meio no qual ela está inserida.

Ao voltarmos os nossos olhos para o processo de atualização das estruturas da Igreja a nível de Brasil e a nível internacional, vemos que estas já vinham em curso. Muitos eram os movimentos, membros da hierarquia e teólogos que buscavam e trabalhavam intensamente por renovações em diferentes áreas da Igreja, contudo, esse processo recebeu significativo impulso e legitimação com a eleição de João XXIII, o Papa Bom, em 1958, e pelo concílio por ele convocado.

Naquele período, a Igreja estava desenvolvendo cada vez mais projetos e ações direcionados aos mais necessitados. Entre essas iniciativas, temos o Movimento de Educação de Base (MEB), cujo objetivo central, como observou Araújo (2012, p. 85): “era a educação popular e a evangelização, a promoção humana, visando a educação integral, a evangelização dos adultos desenvolvendo a consciência política, social e religiosa.”. Mainwaring (2004, p. 89) nos mostra o quanto esse programa de educação foi transformador, além de ser precursor no que diz respeito às assembleias diocesanas:

O MEB foi a primeira grande tentativa católica de desenvolver práticas pastorais transformadoras junto às classes populares. Suas práticas inverteram a tradicional exclusão do povo da tomada de decisão dentro da Igreja e foram precursoras das assembléias diocesanas que os bispos progressistas iniciaram durante o final da década de 60 e 70.

Podemos, assim, perceber o quanto o pensamento católico brasileiro, aos poucos, estava deixando de ser um mero repetidor de conceitos teológicos e pastorais vindos da Europa para formular o seu próprio pensamento e o seu agir pastoral, sendo estes frutos do contexto sociopolítico no qual seus formuladores estavam inseridos e atuavam.

2. O Concílio Ecumênico Vaticano II e a Renovação da Igreja do Brasil

A Igreja Católica é, sem dúvidas, uma das mais antigas e mais importantes instituições da história da humanidade e se destaca como a maior organização do cristianismo, estando presente nos mais diferentes locais do globo, como nos lembra Küng (2002, p. 18):

[...] a Igreja Católica é a mais velha, a mais forte numericamente, e provavelmente também a mais poderosa representante do cristianismo. Há grande admiração pela vitalidade desta igreja de dois mil anos; por sua organização, que foi global antes de falar em globalização, e ao mesmo tempo eficaz na esfera local, por sua hierarquia estrita e a solidez de seus dogmas; por seu culto, rico em tradição e empolgante em seu esplendor; por suas realizações culturais indiscutíveis em construir e moldar o Ocidente.

O historiador eclesiástico O'Malley (2021, p. 10) também nos ajuda a compreender a complexidade e a relevância da Igreja Católica em diferentes séculos. Ao cumprir tal tarefa, ele demonstra o papel crucial que ela desempenhou ao longo da história:

Nenhuma outra instituição em nosso mundo tem hoje uma história mais longa e contínua. Nenhuma instituição teve uma história mais rica ou mais complexa. Ela se estende por todas as culturas do antigo mundo helenístico centrado na bacia do Mediterrâneo para o mundo global e pós-moderno. A sua literatura está em todas as línguas, antigas e modernas. Sua arte e arquitetura incorporam uma infinidade de estilos, tanto ocidentais quanto outros. Seus membros têm sido grandes santos e pecadores. Suas reivindicações às vezes vão além da compreensão humana. Mas por outras vezes não poderiam ser mais humildes e humanas.

Ao buscarmos recontar a sua trajetória, iremos verificar que ela é composta pelos mais diversos capítulos ao longo dos quais são registrados os mais variados fatos e eventos, que acabam dando à sua trajetória ares de uma epopeia fantástica, como observou Libanio (2000, p. 9):

A sua trajetória histórica, sob o simples olhar do historiador, revela-se epopeia fantástica. Desde a pregação de Jesus, aquele “judeu marginal”, à beira do lago de Genesaré a simples pescadores e a um povo humilde e pobre, até as viagens triunfais de João Paulo II, seu vigário na Terra, por todo o mundo, a Igreja vem trilhando um caminho de cruces e glórias, de derrotas e vitórias, de fluxos e refluxos, de decadência e renovação, de perseguições e entronizações.

Entre os recentes capítulos da rica trajetória da Igreja Católica, um em particular pode ser visto como um divisor de águas em sua história. Estamos nos referindo ao Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), evento convocado por João XXIII (1958-1963) e continuado por Paulo VI (1963-1978).

Esse Concílio Ecumênico foi o mais importante evento do cristianismo realizado ao longo do século XX e foi responsável por introduzir a Igreja em uma nova etapa histórica, pastoral e teológica ou, como salientou Küng (2002, p. 226), “este concílio representou um ponto de virada irrevogável.”. Tal virada histórica pode ser caracterizada pela legitimação e pela incorporação oficial de tendências já existentes no interior da Igreja, o que contribuiu significativamente para a renovação de suas diferentes estruturas. Nessa direção, Mainwaring (2004, p. 63) afirma:

Antes do Vaticano II e do papado de João XXIII, muitos teólogos, bispos e movimentos haviam trabalhado pela mudança na Igreja. Nesse sentido, as encíclicas apostólicas progressistas e o Vaticano II incorporaram e legitimaram tendências que já existiam ao invés de criar algo novo. Mas dentro de uma instituição hierárquica como a Igreja

Romana, a legitimação de cima é muito importante. [...] A mudança iniciou-se a partir da base, mas tomou impulso somente quando foi legitimada pela cúpula.

Assim, segundo Torres Queiruga (2015, p. 16), “Se pessoalmente tivesse que resumir em um ponto apenas o papel histórico do Concílio, diria que consistiu em dar, de modo autorizado e oficial, saída livre aos impulsos de atualização longamente reprimidos”. Tal característica fez do Vaticano II um importante instrumento de legitimação e incorporação de tendências teológicas e pastorais já existentes no interior da Igreja. Com isso, muitos teólogos que outrora sofreram com sanções por seus posicionamentos tidos como controvertidos foram reabilitados. Esse mesmo gesto pode ser também observado em relação a diferentes movimentos que nasceram nas bases da Igreja e que, inicialmente, eram vistos com certa desconfiança. Contudo, em virtude do processo de legitimação e incorporação institucional, acabaram recebendo o aval para o seu pleno funcionamento e desenvolvimento.

O Vaticano II significou um passo decisivo para o estabelecimento oficial do diálogo ecumênico e inter-religioso, além de representar um ponto decisivo para a superação institucional de uma antiga querela entre a Igreja e a modernidade, a qual, durante muito tempo, foi vista como uma perigosa ameaça e que, por isso, deveria ser temida e combatida. Libanio (2000, p. 13) nos ajuda a perceber o Vaticano II como o passaporte da Igreja para a modernidade e a contemporaneidade: “A Igreja católica, na sua totalidade institucional, entrou de fato na Idade Moderna e Contemporânea com o Concílio Vaticano II.”. Nessa mesma direção, Brighenti (2021, p. 137) observou que

Foi com o Concílio que se passou da Cristandade à Modernidade, ainda que 500 anos depois de sua irrupção. Pode-se dizer que na Igreja há uma “antes” e um “depois” do Vaticano II, tamanhas foram as mudanças por ele operadas na teologia, na pastoral, na espiritualidade, na liturgia, na moral, na eclesiologia, na relação da Igreja com o mundo, inclusive nas estruturas da Igreja [...].

Além de reformar as estruturas da Igreja, o Vaticano II foi responsável por derrubar de forma oficial uma série de mecanismos de defesa, que a distanciavam e a “protegiam” do mundo e de seus “perigos”, enclausurando-a em si mesma. Em vista disso, Brighenti (2016, p. 17) afirma:

Por falta de um discernimento mais analítico e sereno, consequência da postura de teólogos que se resignavam a repetir um magistério

refugiado numa subcultura eclesiástica, a Igreja resolutamente se colocou à margem da emergência no novo projeto civilizacional em curso, imune à interpelação de “novos sinais dos tempos”, suscitados pelo Espírito. Sem entender bem o que estava se passando e com medo dos novos desafios, a Igreja refugiou-se em seu castelo, suspendeu as pontes levadiças e excomungou, em bloco, o mundo moderno. Da mesma forma como a Igreja havia excomungado a Reforma Protestante, também excomungou em bloco a Modernidade.

O'Malley (2021, p. 110) nos faz perceber uma importante característica do Vaticano II que o diferencia de seus antecessores:

Uma característica que mais distingue o Vaticano II de todos os concílios anteriores é o novo estilo que formulou as suas promulgações. Ao contrário dos concílios anteriores, o Vaticano II não funcionou como um órgão legislativo e judicial no sentido tradicional desses termos. Estabeleceu certos princípios, mas não produziu, como nos concílios anteriores, um corpo de ordenanças prescrevendo ou proscrevendo modos de comportamento, com penalidades ligadas à sua não observância. Não julgou criminosos eclesiásticos e não emitiu vereditos de culpado ou inocente. Caracteristicamente empregou um vocabulário novo para os concílios, um vocabulário repleto de palavras que implicavam em colegialidade, reciprocidade, tolerância, amizade e busca de pontos em comum.

Nesse mesmo sentido, Theobald (2015, p. 35-36) nos ajuda a perceber o Vaticano II como um evento único e inovador na história dos concílios:

Nunca na história do cristianismo fora registrada uma reunião de tal dimensão, e provavelmente se teria dificuldade de encontrar algo comparável no resto da humanidade. Pela primeira vez, todos os povos da Terra e todas as tradições puderam se fazer ouvir na Igreja, já que o encontro entre os bispos busca também cruzar os caminhos históricos de cada uma de suas Igrejas.

O Vaticano II representou efetivamente uma série de transições, transformações e inovações no interior da Igreja, o que conferiu a este que foi 21º Concílio Ecumênico grande importância. Mas o que é um concílio ecumênico? Kloppenburg (1962, p. 7) nos ajuda a responder tal questionamento:

O CONCÍLIO ECUMÊNICO NÃO é uma simples conferência ou reunião [...]. O Concílio Ecumênico também não deve ser imaginado como uma espécie de Congresso Internacional [...]. O Concílio Ecumênico não é somente um “congresso de técnicos” [...]. O Concílio Ecumênico não é nem uma Academia, nem um Parlamento ou uma Constituinte [...]. O Concílio Ecumênico é, pois, a assembléia dos

Bispos da Igreja Católica e de outros Prelados que ao mesmo tempo têm direito de ser convocados, para estudarem e resolverem, juntamente com o Papa e sob sua autoridade, as mais importantes questões doutrinárias e disciplinares que interessam a Igreja.

Vemos, assim, claramente, o que é e qual é a importância de um concílio para a vida da Igreja e para todo o Povo de Deus. Em um concílio, temos Bispos vindos das mais diferentes partes do mundo que se reúnem sob a autoridade do Papa, o que acaba estreitando os laços entre os membros do colégio apostólico que se debruçam sobre diferentes questões doutrinárias, disciplinares e pastorais pertinentes ao tempo no qual o concílio foi convocado e do qual ele é filho.

O Vaticano II foi convocado e iniciado por João XXIII (1958-1963). Contudo, antes dele, outros Pontífices sentiram o desejo de convocar um novo concílio para dar continuidade ao Vaticano I (1869-1870), inaugurado por Pio IX (1846-1878) e interrompido pela Guerra Franco-prussiana (1870-1871). Entre os sucessores de Pedro que pensaram em dar continuidade a tal evento, temos Pio XI e Pio XII.

Embora diferentes Papas tenham manifestado o desejo e, até mesmo, trabalhado para a realização de novo concílio, essa tarefa foi realizada por João XXIII, o outrora Cardeal Ângelo Giuseppe Roncalli, que foi e leito Bispo de Roma após a morte de Pio XII em 1958, cujo pontificado esteve inserido em uma conturbada conjuntura política, marcada pela ascensão de regimes totalitários na Europa (Fascismo e Nazismo) e pelos horrores da II Guerra Mundial (1939-1942). A respeito da eleição de João XXIII, Alberigo (2006, p. 18) afirma:

No dia 28 de outubro de 1958, o conclave havia eleito papa o cardeal Ângelo Roncalli, bispo de Veneza, na perspectiva de um pontificado de transição, ou seja, curto e destinado a superar na tranquilidade os traumas do longo e dramático reinado de Pio XII. Seguramente ninguém esperava de um papa uma surpresa clamorosa, muito menos de um papa quase octogenário uma surpresa daquele alcance.

Ao ser eleito Papa, o então Patriarca de Veneza tinha 77 anos, idade vista por muitos como avançada para assumir tal cargo, o que lhe rendeu o apelido de “O Papa de transição”. Porém, como observou Küng (2002, p. 224), João XXIII “tornou-se o papa de uma transição revolucionária que libertou a Igreja Católica de sua rigidez interna.”

Visto como uma figura transitória, cujo pontificado seria breve, ele surpreendeu o mundo e a Igreja quando, no dia 25 de janeiro de 1959, após a conclusão da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, reuniu os cardeais no mosteiro beneditino, junto à

Basílica de São Paulo Fora dos Muros, e lhes comunicou o seu desejo de convocar um Concílio Ecumênico.

A convocação desse importante evento para a história da Igreja pode ser vista como sinal da abertura de João XXIII à ação do Espírito Santo, que lhe ajudou a ouvir e a interpretar os sinais dos tempos e os clamores do povo. Assim, esse Concílio nasceu de uma convicção pessoal de João XXIII, como afirma Alberigo (2006, p. 22):

A convocação do novo concílio foi essencialmente fruto de uma convicção pessoal do papa, lentamente sedimentada em seu espírito, encorajada também por outros e, finalmente, tornada decisão autorizada e irrevogável no trimestre seguinte à eleição ao pontificado.

Embora o maior feito de João XXIII tenha sido a convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II, outros fatos realizados por ele merecem destaque e influenciaram e legitimaram os caminhos de renovação dessa instituição milenar, entre os quais podemos destacar a publicação de suas encíclicas sociais *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963). Esses documentos colaboraram profundamente para a mudança no pensamento oficial da Igreja, o que acabou contribuindo para o trabalho daqueles que já vinham se comprometendo com a justiça social, com o mundo do trabalho, bem como dialogando com a modernidade. Nesse sentido, conforme Libanio (2000, p. 65):

Pequenos gestos simbólicos marcam a novidade criadora de João XXIII. Ao nomear novos cardeais, os eleitores do papa, escolhem pela primeira vez um negro, um filipino, um japonês, internacionalizando o fechado círculo do colégio cardinalício, fortemente italiano e europeu. Inicia contatos ecumênicos com o arcebispo anglicano de Cantuária, o monge protestante de Taizé, Roger Schutz, o patriarca ortodoxo Atenágoras. Lança uma ponte de abertura ao mundo comunista.

Ainda no campo das novidades trazidas por João XXIII, Küng (2002, p. 225) afirma:

Eleito papa em 1958, logo no ano seguinte fez algo que seu predecessor sempre se negara a fazer: nas intercessões da liturgia da Sexta-feira Santa, apagou a frase os “traíçoeiros judeus” numa oração tradicional (*pro perfidis Judaeis*) em favor de intercessões simpáticas aos judeus. Pela primeira vez, recebeu um grupo de mais de 100 judeus americanos e saudou-os com as palavras do bíblico José no Egito: “Eu sou José, seu irmão!” E um dia, espontaneamente, mandou seu carro parar na sinagoga de Roma para poder abençoar os judeus que saíam.

O pontificado de João XXIII foi marcado pelo diálogo, pelo estabelecimento de pontes, onde outrora havia muros que distanciavam a Igreja do mundo. Os esforços inovadores de João XXIII não ficaram sem respostas, tal como ocorreu poucos dias antes da morte do Papa Bom, como demonstrou Küng (2002, p. 225): “Na véspera da morte deste papa, o rabino chefe de Roma foi com numerosos judeus rezar fielmente com os católicos”.

Como podemos imaginar, um concílio é um evento que exige uma minuciosa preparação. Dessa forma, a realização do Vaticano II foi precedida por uma intensa jornada preparatória, e, ao analisarmos essa fase, podemos perceber que ela já apresentava umas das principais características do Concílio: o diálogo. Tal afirmação se deve ao fato de que a comissão responsável pela preparação desse evento decidiu enviar cartas consultivas aos Bispos de todo o mundo, buscando sugestões de possíveis temas para serem debatidos pelo Concílio. Também foram enviadas cartas para os superiores de congregações religiosas, bem como para os reitores das universidades católicas e para os diferentes dicastérios. Ao refletir sobre a preparação para o Vaticano II, Alberigo (2006, p. 44) assegura que:

A preparação para o Vaticano II foi exuberante. Não só perdurou muito além da celebração do concílio como tal, mas teve características institucionais muito relevantes. O papa foi moderador supremo, a cúria romana, a protagonista; o episcopado e os teólogos, sobretudo os europeus, foram sendo consideravelmente envolvidos de maneira progressiva. João XXIII, desejoso de abrir caminho para a celebração mesma do concílio num clima de plena liberdade, afirmara repetidamente que a preparação constituía um momento especial na vida da Igreja católica, bem distinto do governo ordinário de cada dia. Aí estava um convite à cúria, muito velado, para que evitasse interferências.

Após três anos de intensa preparação, em 11 de outubro de 1962, o mundo assistiu e testemunhou a abertura do Vaticano II, este que foi o mais ecumênico de todos os concílios, no qual estavam presentes bispos de todas as nacionalidades, como demonstra Renard (1968, p. 7-8):

No Vaticano II, todos os continentes estavam representados [...]. Contavam-se 69 bispos de raça negra e 150 de raça amarela. O Concílio era realmente a Igreja Católica, isto é, universal. Os bispos das antigas tradições cristãs, orientais e mediterrâneas, trabalhavam com os bispos de todas as jovens cristandades da Ásia e da África, dos quais alguns tinham sido mesmo convertidos do paganismo.

Valentini (2011, p. 21) nos ajuda a reconstituir a abertura desse importante evento:

As cerimônias de abertura do dia 11 de outubro foram marcadas pela grandiosidade. Os 2.500 bispos, acompanhados pelos superiores maiores de algumas ordens religiosas e pelos observadores de outras igrejas cristãs entraram em procissão na Basílica São Pedro. A expectativa do acontecimento tinha igualmente trazido para Roma muita gente e muitos jornalistas. Das 8 da manhã, as cerimônias se prolongaram até 1 hora da tarde. Afinal, era preciso começar de modo solene um acontecimento tão raro.

Embora o Vaticano II tenha sido um concílio que contou com a presença de bispos e peritos de diferentes partes do mundo, foi na América Latina que as suas diretrizes encontraram solos férteis e produziram novas formas de eclesialidade. Como afirmou Beozzo (1993, p. 11):

João XXIII e, de modo particular, o Concílio foram para a Igreja do Brasil como se águas longamente represadas se houvessem soltado, correndo livremente, abrindo e aprofundando o próprio leito. O Concílio permitiu não só uma primavera inesperada, mas que novas formas de eclesialidade fossem sendo tecidas no chão da Igreja, como as comunidades eclesiais de base; nos corpos intermediários, como os conselhos paroquiais, conselhos diocesanos de pastoral e grandes assembleias diocesanas; nos regionais, com as assembleias das Igrejas; e, por fim, no corpo episcopal, com forte senso de colegialidade vivido pela CNBB, em plano regional e nacional.

Dessa forma, percebemos concretamente o papel do Vaticano II como um importante artesão que ajudou a modelar as atuais estruturas da Igreja no Brasil, gerando, assim, mudanças substanciais nas relações entre os membros da hierarquia, que passaram a viver mais intensamente o espírito de colegialidade e de corresponsabilidade e, com isso, legitimaram e passaram a incentivar uma maior organização do povo em diferentes níveis.

Em Virtude da busca pela consolidação e pela aplicação das diretrizes conciliares que implicam no anúncio da Boa Nova, na construção do Reino, na observância da Justiça Social, no respeito à dignidade do ser humano e na denúncia profética das mais diferentes injustiças sociais, muitos membros da hierarquia, bem como um número significativo de leigos, foram perseguidos pelo governo militar brasileiro. Os militares chegaram ao poder após um golpe civil militar que contou com o apoio direto de diferentes setores da

sociedade, entre os quais podemos destacar membros do empresariado nacional e internacional, setores da imprensa, alas do alto escalão das forças armadas e membros da hierarquia católica. O conjunto dessas forças articuladas acabou desempenhando um papel estratégico para a articulação e a legitimação da “intervenção” militar em nosso país.

O golpe civil militar de 1964 representou um divisor de águas na história das relações entre Igreja e Estado. Como observou Cancian (2001, p. 38): “O golpe militar de 1964 representou, porém, um “divisor de águas” na história da Igreja no Brasil, porque à medida que o Estado foi se militarizando, estabeleceu-se um conflito latente nas relações entre o governo e o clero católico. Nesse processo, a Igreja se transformou na principal força de oposição a ditadura.” Em virtude dessa nova postura adotada pela Igreja, sendo ela fruto do espírito conciliar, muitos membros da Igreja passaram a ser perseguidos por enfrentar o *status quo* da época. Autores como Serbin (2001, p. 24) nos fazem perceber a escalada repressiva contra a Igreja: “Após o golpe, as Forças Armadas intensificaram progressivamente os ataques a militantes católicos que supostamente impediam os esforços dos militares em salvar a nação do comunismo”. Muitos Bispos, padres, freiras e leigos sofreram maus-tratos e até mesmo foram torturados por parte de integrantes das forças de segurança. Serbin ainda (2001, p. 109) revela dados estáticos que nos ajudam a dimensionar a repressão sofrida pela Igreja:

Uma contagem parcial feita pela Igreja entre 1968 a 1978 documentou a prisão de mais de uma centena de padres, sete mortos e numerosos casos de tortura, expulsão de estrangeiros, invasão de edifícios, ameaças, indiciamentos, seqüestros, infiltração de agentes do governo, censura, proibição de missas e encontros, além de vários documentos e publicações falsificados e forjados. Trinta bispos foram vítimas da repressão. Padres enfrentaram processos por causa de seus sermões e críticas ao governo, alegadas participações em organizações subversivas, por darem guarida a fugitivos, por defenderem os direitos humanos, por seu trabalho pastoral em movimentos populares e outras atividades. Além disso, a Igreja sofreu constantes ataques verbais de autoridades do regime, que iam desde reclamações contras suas atividades políticas até acusações de imoralidade sexual. “Comunista” era um dos adjetivos usados com mais freqüência.

Mesmo diante desse intenso processo de repressão, a Igreja continuou a sua busca pela efetivação das diretrizes conciliares e assumiu de forma profética a opção preferencial pelos mais pobres e oprimidos, o que fez dela uma voz incômoda, que

denunciava sem medo as mais duras realidades antievangélicas presentes no Brasil, tais como: o analfabetismo, a má distribuição de terras, a fome e a miséria.

Considerações finais

O Concílio Ecumênico Vaticano II, 21º concílio da Igreja Católica, foi convocado por João XXIII, mas continuado por Paulo VI. Esse evento foi responsável por modificar a história da Igreja, introduzindo-a em uma nova fase, caracterizada pelo diálogo com o mundo moderno, bem como com outras religiões.

Embora o Vaticano II tenha sido um evento predominantemente europeu, foi na América Latina, sobretudo no Brasil, que suas diretrizes encontram solos férteis para o desenvolvimento de uma nova eclesiologia, marcada pelo diálogo e a coparticipação entre os membros do clero, bem como com todo o Povo de Deus.

A nível de Brasil, a convocação e a realização do Vaticano II ocorreram em meio a um clima de conturbação política e social. Estávamos vivendo em meio a uma ditadura militar, na qual aqueles que pensavam fora dos esquemas pré-estabelecidos eram vistos como inimigos e subversivos. Dentro dessa lógica, muitos membros da Igreja passaram a ser perseguidos por buscarem implantar as diretrizes conciliares. Porém, esses homens e mulheres, mesmo diante de um eminente risco de morte, não desistiram de sua missão e foram em frente nessa árdua e difícil missão de anunciar o Reino de Deus e, assim, tornaram-se símbolos de fidelidade à Igreja e ao Espírito Conciliar. Foram pastores com cheiro de ovelhas e leigos conscientes de sua missão, mesmo quando isso representava riscos de morte. Esses homens e mulheres foram, também, Dons e Profetas do Reino.

Referências

ALBERIGO, Giuseppe. **Breve história do Concílio Vaticano II**. Aparecida: Editora Santuário, 2006.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

ARAUJO, Edvaldo M. **Dom Helder Camara: Profeta-Peregrino da justiça e da paz**. Pensamento antropológico. Aparecida: Idéias & Letras, 2012.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

- BRIGHENTI, Agenor. **Em que o Vaticano II mudou a Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2016.
- BRIGHENTI, Agenor. **O Novo Rosto do Clero: Perfil dos padres novos no Brasil**. Petrópolis: 2021.
- CANCIAN, Renato. **Igreja católica e ditadura no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2001.
- KLOPPENBURG, Boaventura. **Documentário Preconciliar**. Petrópolis: Vozes, 1962. v. 1.
- KÜNGH, Hans. **A Igreja Católica**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002,
- LIBANIO, João Batista. **Igreja contemporânea encontro com a modernidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução Política dos católicos e da Igreja no Brasil: Hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1979.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil 1916-1985**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930**. 1985. 222f. Tese (Livre Docência em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.
- O'MALLEY, John W. **História católica para a Igreja de hoje: como o nosso passado ilumina o nosso presente**. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.
- RENARD, A. C. **O Espírito do Concílio e a Abertura da Igreja ao Mundo**. Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1968.
- SERBIN, Kenneth P. **Diálogo na sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- THEOBALD, Christoph. **A Recepção do Concílio Vaticano II**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2015. v. 1.
- TORRES QUEIRUGA, Andrés. **A teologia depois do Vaticano II: diagnóstico e propostas**. Tradução: Afonso Maria Ligorio Soares. São Paulo: Paulinas, 2015.
- VALETINI, Demétrio. **Revisar o Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulinas, 2011.

Recebido em: 14/11/2022

Aprovado em: 12/12/2022